



Senado Federal

**Senador Arthur Virgílio Neto**



**Amazonas/Amazônia**

**O Dever Cumprido**

**Atuação Parlamentar  
2008**

Brasília - 2009



SENADO FEDERAL  
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NETO

# **AMAZONAS/AMAZÔNIA**

**O Dever Cumprido**

*(Atuação Parlamentar – 2008)*



*ARTHUR VIRGÍLIO NETO:*

AMAZONAS, ZONA FRANCA E O  
HOMEM DA AMAZÔNIA

(CUMPRIDO O DEVER)

*Atuação Parlamentar - 2008*



**N**atural do Amazonas, a opção de Arthur Virgílio Neto pela Amazônia é espontânea, como prioridade de sua ação político-partidária.

Depois de conduzir a capital do Estado do Amazonas, como prefeito de Manaus, voltou à Câmara dos Deputados, dando continuidade à trajetória parlamentar com essa mesma bandeira.

Pela manutenção de uma idéia que deu certo no País, é incansável na luta em favor do Polo Industrial de Manaus.

Como político nacional, não mediu esforços para livrar os brasileiros de bitributação, conseguindo, com sua liderança e muita luta, no Senado, derrubar a execrável CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, conhecida como imposto sobre o cheque. O Governo queria transformá-la em imposto permanente. Arthur Virgílio e o Senado, em coro, disseram: Não! A CPMF já é fato do passado.

Em 2003, ao tornar-se Senador da República, em consagradora votação dos amazonenses, sua primeira iniciativa, também vitoriosa, foi a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia, para cuidar especialmente dos assentos da região mais importante para o futuro do Brasil.

Na percepção de Arthur Virgílio, seria inadmissível ignorar o significado da Amazônia, para o Brasil e, pelas vinculações com questões ambientais, também para toda a humanidade.

Região estratégica por excelência, o futuro do Brasil, do ponto de vista econômico-social, depende da Amazônia. No entanto, as implicações e o sentido da região para o mundo todo exigem permanente atuação, visando à preservação dessa área que reúne o maior volume de água e uma insuperável riqueza de sua floresta.

Como representante do Amazonas, Arthur Virgílio Neto, em atuação diária, adota como ponto de partida a necessidade, sem mais tardança, de planejamento responsável, sistemático e que, sobretudo, contemple o homem que ali vive o amazônida.

Assim, e por iniciativa dele, na primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado, de que é membro titular, a Subcomissão Especial da Amazônia ganhou existência regimental. A opção pela CREDN faz sentido. Afinal, é ali que são tratados assuntos relacionados à Política Externa do País, inclusive no que toca a questões de defesa.

Se há, em nível global, olhares de cobiça em direção a essa fantástica região, de nada vale o mero palavreado ao estilo de jargões inconsistentes e vazios de sentido, sem pensar em planos e projetos para o desenvolvimento sustentado da área.

Atento ao que se passa na visão externa acerca da Grande Floresta e sua notável biodiversidade, Arthur Virgílio Neto acolheu pensamento do Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, pondo termo à propalada cobiça internacional sobre a área: *A Amazônia não é patrimônio da humanidade, mas, sim, patrimônio a serviço da humanidade.*

Em reunião de audiência pública da Subcomissão da Amazônia, a que o Arcebispo compareceu, Arthur Virgílio Neto completou a frase, para proclamar:

*A Amazônia é patrimônio a serviço da humanidade.  
Mas Terra-Brasil!*

A defesa da Amazônia, como ela deve ser feita, pede, ademais, ações concretas e planejamento, num elenco que, como sustenta Arthur Virgílio Neto, deve obrigatoriamente passar pela preservação da floresta e contemplar o homem da Amazônia, como política básica de qualquer projeto.

Senador de forte presença e de olhar voltado para a defesa da área, Arthur Virgílio é quase um peregrino de extraordinária e excepcional presença na defesa diária da Amazônia, nos plenários parlamentares e fora deles. Não deixa, por uma semana que seja, de percorrer o Amazonas, navegando pelos seus rios, atento ao que diz o povo amazonense.

Como defensor intransigente da Amazônia, propôs, em 2008, projeto de lei que torna inafiançável a derrubada ilegal e desregrada de florestas. A proposição, que tramita no Senado, é uma das tantas ações de que precisam o País e a humanidade.

O País acompanha desalentado o ritmo da devastação da Grande Floresta. E, paralelamente, a chamada biopirataria. Como no episódio em que uma multinacional asiática chegou a encaminhar o registro do nome Cupuaçu, que felizmente o Brasil logrou reverter.

Hoje, graças à iniciativa de Arthur Virgílio Neto, o cupuaçu passou, em lei, à condição de *fruta nacional do Brasil*. O gesto, com efeito de divulgação, representa alerta do País em defesa das riquezas da portentosa biodiversidade amazônica.

Arthur Virgílio Neto defende, como tese básica, que nada que venha a ser feito em termos de projetos terá eficácia se, em primeiro lugar, não contemplar o homem que vive na Amazônia. É o amazônida quem melhor conhece a região e sabe do seu significado para o futuro do País e da própria humanidade.

Foi o homem da Amazônia, um simples mas valoroso ribeirinho, que, um dia, em pleno rio Negro, em frase singela, definiu o que é a Amazônia. A ele, autêntico amazônida, um piloto de avião da FAB, que acabara de amerrissar, indagou se ali terminava o Brasil.

*– Não, Senhor. Aqui começa o Brasil!*

Com consciência acerca dessa realidade e o pensamento voltado para a preservação e o futuro da Amazônia, Arthur Virgílio Neto é hoje, no Senado da República, voz permanente e incansável que se soma ao que se impõe como meta do Brasil da atualidade: a Amazônia!

## A DEFESA DO PÓLO INDUSTRIAL

Arthur Virgílio Neto travou durante o ano inteiro luta constante em defesa da Zona Franca de Manaus, sempre insistindo em que é de interesse de todo o País, não apenas por ser importante pólo industrial, mas por ser motor propulsor do desenvolvimento do Amazonas. É a grande responsável pelo fato de o Estado preservar 98% de sua cobertura florestal.

Foram três grandes batalhas, em que ele contou, sempre, com a participação dos outros representantes do Amazonas no Senado: Jefferson Péres, seu sucessor, Jefferson Praia, e João Pedro. Elas começaram em fevereiro, quando chegou ao Congresso a Medida Provisória sobre as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE); em seguida, e simultaneamente, veio da Câmara o chamado “Projeto dos Sacoleiros”; e, para completar o ano, a Medida Provisória nº 443.

Entre uma luta e outra, o Senador apresentou Proposta de Emenda Constitucional(PEC), prorrogando por mais 10 anos – até 2033 – a Zona Franca de Manaus, que por outra Proposta sua, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, passa a denominar-se, adequadamente, pelo desenvolvimento alcançado e pelo que representa hoje, Pólo Industrial de Manaus.

## ZPE: CAINDO DE PÉ

Assim que chegou ao Congresso a MP sobre as Zonas de Processamento de Exportação, Arthur Virgílio Neto foi à tribuna do Senado, no dia 19 de fevereiro de 2008, e advertiu que ela punha em risco a Zona Franca de Manaus e a própria Amazônia. Para diminuir os riscos, apresentou 10 emendas, com o objetivo, principalmente,

de impedir que produtos das ZPE, com incentivos fiscais e outros, viessem a competir com os do Pólo Industrial de Manaus e com os fabricados em outros centros industriais. “ZPE são para exportar, não para competir no País”, afirmou, da tribuna do Senado.

À alegação de defensores das ZPE de que nestas seriam produzidos equipamentos de grande porte “e não quinilharias”, o Senador respondeu que, primeiro, essa previsão não é certa e, depois, que são dessas “quinilharias” – vídeos, CD, DVD etc. – que vive a população de Manaus.

De nada adiantou. Vários estados tinham interesse nas ZPE. No dia 4 de abril de 2008, o Senado as aprovou, praticamente apenas contra os votos dos três senadores amazonenses. “O Amazonas cai, mas cai de pé, com dignidade”, proclamou Arthur Virgílio Neto, acrescentando: “Nossa bancada cumpriu seu dever até o fim. Somos três contra 78.”

Mas o Senador procurou ao menos tirar algum proveito das ZPE para o Amazonas: propôs e conseguiu que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovasse, em 9 de dezembro, autorização para o Governo Federal criar uma ZPE em Itacoatiara e outra em Tabatinga.

## “SACOLEIROS”: A LONGA LUTA

Nem havia terminada a batalha das ZPE, e chegava ao Senado, em março, já aprovado pela Câmara, o projeto de lei de iniciativa do Governo que estabelecia regime de tributação unificada para os produtos procedentes do Paraguai – trazidos pelos chamados “sacoleiros”. O objetivo declarado seria o de “trazê-los para a legalidade”.

Arthur Virgílio Neto viu que se escancarava, na verdade, uma porta para a entrada de produtos da China e de outros países, para concorrer com os fabricados no Brasil, principalmente os do Pólo Industrial de Manaus. Assessorado por técnicos e pelas entidades representativas do empresariado amazonense, apresentou, então, 14 emendas, visando a afastar as ameaças.

Ao saber que a relatora da matéria, na Comissão de Constituição e Justiça, iria rejeitar todas as emendas, o Senador conseguiu evitar que o parecer fosse votado. E, sempre com o apoio dos Senadores Jefferson Péres (com a morte deste, de Jefferson Praia) e João Pedro, fez a mesma coisa em outras comissões técnicas, impedindo as votações e ganhando tempo para tentar chegar a algum entendimento com a Liderança do Governo. Obteve até a realização de audiência pública para discutir a matéria.

Somente em outubro a Liderança do Governo admitiu fazer acordo, concretizado em torno do parecer dos relatores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy. O próprio Arthur Virgílio Neto o anunciou, em plenário, dizendo que o acordo podia ser resumido em cinco pontos, extraídos das emendas que apresentara. Eram eles:

- 1) que os produtos obedeçam às normas internas estabelecidas pelas agências reguladoras e pelos institutos de normatização técnica;

- 2) que os produtos sejam comercializados diretamente aos consumidores finais, eliminando-se os atravessadores e oportunistas;

- 3) que os produtos tenham autorização dos fabricantes originais para a importação sob o regime tributário previsto na proposição;

- 4) que os veículos a serem utilizados pelo regime tributário sejam previamente cadastrados;

- 5) que os produtos obedeçam a preços de referência, evitando-se o subfaturamento.

No dia 17 de dezembro, finalmente, o Senado pôde votar e aprovar a proposição. Apesar de ter saudado o acordo, o Senador votou contra a proposição por entender que, mesmo assim, com seus males reduzidos, não era boa para o País. Na Câmara, para onde a proposição voltou, por ter sido emendada, o acordo não foi respeitado e as emendas caíram.

## A “MILÉSIMA” AMEAÇA

Para concluir o ano, chegou ao Senado a MP 443, autorizando, como medida anticrise, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirir, no todo ou em parte, estabelecimentos financeiros. Ela veio da Câmara, contudo, com emendas que, visando a favorecer a indústria de informática de outras áreas do País, prejudicariam as indústrias de Manaus, como alertou, da tribuna, o Senador Arthur Virgílio Neto.

Tendo ao seu lado, sempre, os outros dois senadores amazonenses, Arthur Virgílio Neto foi novamente à luta em defesa da indústria de Manaus e, conseqüentemente, de centenas de milhares de empregos, da economia do Estado e da própria Amazônia.

No dia 17 de dezembro, já no final da Sessão Legislativa anual, ele foi à tribuna e anunciou ter conseguido acordo. “Foi mais um perigo, o milésimo ou milionésimo, que conseguimos afastar”, afirmou e, dirigindo aos dois colegas amazonenses – João Pedro e Jefferson Praia –, acrescentou: Valeu a nossa vigilância. Estamos aqui, atentos, cumprindo o nosso dever. E assim vamos continuar!”

O Senador acrescentou ter havido perfeito entrosamento entre os segmentos empresariais do Estado e a bancada de senadores. O representante desses segmentos, em Brasília, Saleh Hamdeh, participou o tempo inteiro das discussões. As negociações, com uso, inclusive, de videoconferência, envolveram também a Suframa, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e representantes, sobretudo na Câmara dos Deputados, dos interesses da indústria de informática. O Deputado Júlio Semeghini (PSDB – SP) acompanhou todas as conversações.

Arthur Virgílio Neto enalteceu a luta constante da bancada amazonense na Câmara, em defesa do Pólo Industrial de Manaus. Ela percebeu a séria ameaça constituída por emendas apresentadas à Medida Provisória nº 443, mas não teve força para impedir a aprovação. “Nós, aqui – disse –, os senadores João Pedro, Jefferson Praia e eu, conseguimos sensibilizar o Relator Valter Pereira (PMDB – MS) e obter significativa conquista.”

O Senador relatou ter conversado longamente, por telefone, no fim de semana, com o relator, mostrando os prejuízos que as alterações introduzidas pela Câmara acarretariam à Zona Franca de Manaus, no que foi secundado pelos outros dois senadores.

“Ponderei – disse – que a crise que se afigura muito grave para o País, pode ser duas vezes mais grave para o Amazonas, porque se os consumidores dos produtos fabricados em Manaus se empobrecem, sofreremos com a crise geral e com a redução na demanda dos produtos do nosso Pólo Industrial”.

E assim o Senador pôde encerrar o ano, com a agradável sensação – ressaltou – do dever cumprido.